

Contribuição à reunião do Comando do Movimento dos Funcionários da Manchete de 4/5/93, no Rio de Janeiro.

AOS COMPANHEIROS DO COMANDO DO MOVIMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DA MANCHETE

AOS COMPANHEIROS DA COORDENAÇÃO DO FÓRUM

Com o tempo, se escoam as nossas possibilidades de avançar em relação à crise da Manchete. Perdemos a iniciativa, confiando demais na disposição do governo Itamar patrocinar uma solução democrática. O governo está agindo de acordo com suas conveniências políticas. Temos que acabar com o "internismo" do Movimento e ir para a sociedade.

Propomos que, nesta semana, iniciemos um processo de endurecimento e intensificação do Movimento, que se estruture a partir das seguintes premissas:

a) não podemos mais contar com o Governo, ao contrário, temos que dar um ultimato, para que o Governo defina com clareza a posição que vai assumir;

b) a "via Bloch" de solução para a crise mostrou, como era esperado, que não tem nenhum futuro, pelo menos para realizar nossos projetos; não podemos deixar que os Bloch legitimem ou avalisem seus posicionamentos junto ao governo e mesmo junto ao mercado com uma suposta "via negociada" conosco, que "não existe" e "não tem nenhuma possibilidade de prosperar; para não deixar dúvidas: a Rede Manchete que queremos, definitivamente, "não inclui os Bloch", ou melhor, exige "a exclusão dos Bloch";

c) é preciso contextualizar o processo de tomada da Manchete pelo Hamilton Lucas de Oliveira no avanço do "esquema PC/Collor" e do "esquema Quércia"; não podemos fazer de conta que isso não aconteceu; além da incompetência dos Bloch essa é uma das vertentes da crise da Manchete; a hora de ir para cima do Quércia "e agora" e não depois que ele for escolhido candidato do PMDB;

d) não é possível pensar em soluções e produzir alternativas para a crise da Manchete sem tocar no "jogo de cartas marcadas" aceito pelo "cartel da Redes"; a hora de tocar no problema da "política de redes de TV" "é agora" e não daqui a alguns meses, quando começar a disputa sangrenta da revisão

constitucional

e) além da revisão constitucional, não é no calor da disputa da presidência, um pouco mais adiante, que vai se tocar no problema da política de redes; "agora" é a hora de um acerto de contas, antes que tudo fique novamente pendente do processo eleitoral.

f) finalmente, podemos identificar, claramente, inflexões diferenciadas no ministério do governo Itamar e mesmo entre a posição do próprio Presidente Itamar e de alguns de seus ministros; diante dessa indefinição, necessitamos de ampla mobilização da sociedade para "alimentar positivamente" os setores do governo que podem acolher avanços.

Em virtude disso tudo o circuito que vínhamos percorrendo se esgotou. Agora é a hora de escancarar a crise para a sociedade e não deixar nenhum dos responsáveis de fora.

Propomos uma campanha em torno das seguintes reivindicações:

a) intervenção Federal na Manchete;

b) realização de audiências públicas, realizada pelo Ministério das Comunicações, para debate do problema com a sociedade;

c) realização, na Câmara, de um "CPI da Televisão" para tratar globalmente dos problemas das relações entre os "esquemas de poder" e a TV, deformações do mercado e perspectivas e propostas para uma nova política de redes;

d) implantação de uma nova rede Manchete, como uma "TV da Cidadania", tal como propõe o Movimento.

Nessa campanha, queremos intensa participação do Movimento e do Fórum. Como o Fórum ainda não indicou seu representante junto ao Movimento e como corremos contra o relógio, envio aqui, simultaneamente para o Comando do Movimento e para a Coordenação do Fórum, esta proposta, acompanhada de uma *Minuta de Texto* sinalizando o nosso posicionamento público e as ações de massa a serem empreendidas. Diga-se, de passagem, que essa lista de ações foi definida, pela Coordenação do Fórum, como um "padrão" para as ações de massa do Fórum.

Ressalto, também, que tanto o texto como o esboço do

plano e massa, podem ser melhorados. Mas insisto que temos que agir rápida e incisivamente

Daniel Herz

Membro da Coordenação do
Fórum Nacional pela
Democratização da Comunicação

Diretor de Relações
Institucionais da FENAJ

MINUTA DE TEXTO A SER DIVULGADO PUBLICAMENTE E FUNDAMENTAR A MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

A retomada do controle acionário das emissoras da Manchete, pela família Bloch, em nada alterou o quadro da crise desta rede de televisão. Esse episódio só fortaleceu a certeza de que os fundadores da empresa e principais originadores dessa crise não podem mais continuar operando este serviço público. O retorno dos Bloch à Rede Manchete prenuncia apenas mais uma negociata que poderá vir, inclusive, através de benefícios que estão sendo insistentemente solicitados do Governo Federal e de governos estaduais.

A Rede Manchete, sob o comando da família Bloch, demonstrou não ter competência e projeto para enfrentar o mercado de televisão no Brasil. Há três anos começou a apropriar-se indebitamente do FGTS, não pagando a sua parte e apoderando-se da parcela que era descontada dos funcionários. Deixou de pagar tributos e encargos sociais. Reduziu os investimentos em programação. Demitiu centenas de funcionários. E, finalmente, transferiu ilegalmente o controle acionário da Rede.

Em junho de 1992, Adolfo Bloch encontrou uma saída tão simples como irresponsável, transferindo o controle acionário da Rede Manchete para o empresário Hamilton Lucas de Oliveira, do grupo IBF. Oficialmente, transferiu apenas 49% das ações mas, na verdade - e todo o país pode ficar sabendo - isso foi apenas uma simulação. De fato, Adolfo Bloch cometeu a irregularidade de entregar todo o controle da Manchete, violando a legislação vigente.

Essa negociata ocorreu em paralelo à montagem da Rede OM, do empresário José Carlos Martinez, cujas

emissoras eram compradas com cheque dos "fantasmas" do "esquema PC/Collor". Isto é, enquanto Collor montava a sua rede de TV, a Manchete era adquirida por um empresário que tem uma trajetória de negócios nebulosos e de ligações com o ex-governador de São Paulo e ex-presidente do PMDB, Orestes Quércia.

Não há como negar ou esconder os indícios de que a compra da Manchete, pelo empresário Hamilton Lucas de Oliveira fazia parte da montagem de um esquema de poder de Orestes Quércia. Na fase final do *impeachment* surgiram inúmeros sinais de que o "esquema Quércia" nada ficava a dever ao "esquema PC/Collor": isso ficou evidente nos escândalos da VASP - que, aliás, é um elo de ligação dos "esquemas" PC e Quércia - da Cesp, da Telesp, do superfaturamento de armas e equipamentos, do inexplicável enriquecimento de vários dos assessores e da origem da fortuna do próprio Quércia, e até mesmo no massacre do Carandiru, que expôs as conexões do recém terminado governo Quércia com grupos de oficiais que participaram da repressão política e que atuam em práticas de extermínio. O gigantismo do "esquema Quércia" ficou manifesto, ainda, na eleição do governo Fleury, numa sucessão inventada e urdida por Quércia.

Durante a luta pelo *impeachment*, diante das informações sobre o "esquema Quércia", houve um imenso contrangimento no Congresso Nacional, no PMDB - que foi peça decisiva na sustentação do processo de *impeachment* - e mesmo na sociedade. Foi-se adiante no "caso Collor". Temia-se, na época, uma histeria moralista que acabaria reduzindo os problemas do país a uma simples falta de probidade dos homens públicos, o que uma simplificação grosseira. O "caso Collor" chegou ao desfecho desejado e não houve a temida "caça às bruxas".

Será que, agora, devemos afrouxar a vigilância? Devemos aguardar que Orestes Quércia se torne um novo Collor, para depois tomarmos uma atitude? Talvez o problema seja até mais grave. Não há comparação entre o "amadorismo" afoito de Collor e o "profissionalismo" de Quércia. Sua inserção em determinados meios empresariais e sua expressão política e partidária é muito mais consistente. O Brasil está esperando o "que" para tomar uma atitude?

Não podemos mais fazer de conta que o *impeachment* não foi no Brasil ou que tivemos conhecimento disso pelos "livros de história". Esta luta pela ética na política foi "ontem" e está na memória e no referencial até das

crianças. Que país construiremos negando o acabamos de fazer? Por isso também não podemos fazer de conta que a crise da Manchete não tem nada a ver com os "esquemas de poder" que se dão através da televisão no Brasil.

Na crise da Manchete, o problema não é "apenas" - como se isso não fosse suficientemente grave para justificar uma decidida ação da sociedade organizada - o de um grupo empresarial que não mostrou competência para enfrentar a concorrência e que descambou para práticas ilícitas. Na verdade, o grupo IBF e os Bloch foram cúmplices no processo de sujeição da Manchete a um gigantesco "esquema de poder" que estava voltado para se apropriar do país. Será que vamos fingir que isso não aconteceu?

O avanço de Quércia - que já é dono de jornal, rádio e televisão - sobre uma rede nacional é assustador. Durante o regime militar, a Rede Globo prosperou beneficiada pela cumplicidade, pela omissão e por graves irregularidades praticadas por diversos governos. Isso ocorreu num período em que havia ausência de liberdades democráticas e esse problema o país ainda tem de resolver. Mas vamos tolerar que se crie outro império de comunicação a partir do "esquema Quércia"?

Hoje tudo isso pode parecer "pequeno" diante do tamanho de uma Rede Globo. Mas é preciso lembrar que a própria Globo também "saiu do nada", isto é, de um projeto político. E, por mais poder de "partido político" que desfrute a Rede Globo e o empresário Roberto Marinho, não é possível esquecer que Roberto Marinho não pode assumir diretamente as "rédeas" do país, mas Orestes Quércia pode. E se nada for feito, se nada disso for seriamente investigado e defeitas todas as suspeitas e dúvidas, Quércia acabará sendo "naturalmente" um dos mais fortes candidatos nas próximas eleições. Sua manobra, deixando a presidência do PMDB, não pode iludir ninguém quanto a seu poder de fogo.

O Governo Federal, a Justiça e a própria sociedade, até agora, não tomaram uma atitude digna diante desses episódios patrocinados pela família Bloch que, assim, traiu suas responsabilidades de operador de um serviço público.

A sociedade civil deste país, que cumpriu um papel decisivo na remoção do próprio Presidente da República não pode mais tolerar nem a formação de

"esquemas de poder" sobre o rádio e a televisão e nem a ação de empresários que praticam gestão temerária e irresponsabilidade social em suas empresas, que não pagam encargos sociais e tributos, e que deixam até mesmo de pagar salários. Empresário como esses não podem ser premiados, devem ser varridos do mercado, devem ser obrigados - aliás, como determina a lei - que compareçam com seu patrimônio pessoal para honrar seus compromissos e devem ser responsabilizados, até as últimas conseqüências por seus atos, principalmente tratando-se de um serviço público como é a televisão, sob pena de se oficializar a "cultura da impunidade" no país.

Lamentavelmente o governo Itamar Franco, que chegou a acenar com uma disposição para dar uma solução democrática para a crise da Manchete, agora começa a sinalizar tendência a repetir as práticas de complacência, omissão e cumplicidade. Não podemos tergiversar sobre isto: se este governo se omite de cobrar o FGTS e dos demais compromissos sociais da empresa, se este governo deixa de apurar negociatas na transferência do controle das emissoras de TV, se este governo deixar de agir diante do não pagamento de salários devidos há quase seis meses, se este governo acoberta a incapacitação da Rede Manchete para prestar o serviço público que deve à sociedade então este governo também acabará perdendo a legitimidade. O governo Itamar Franco tem que assumir uma postura clara: ou cumpre suas obrigações ou iguala-se aos demais governos que, por conviência política ou por corrupção, deixaram de fazer cumprir a lei e acobertaram práticas criminosas. O governo Itamar, entretanto, ainda tem a possibilidade de começar a reparar as atrocidades praticadas pelo Executivo na área da comunicação.

Alertamos ao país para essa situação em que um empresário sem capacitação financeira, que não demonstra competência e notoriamente incorre em práticas ilícitas e imorais, continua desfrutando do privilégio de se dirigir, em escala nacional, para milhões de brasileiros, introduzindo idéias, concepções e valores no cotidiano dos cidadãos. É hora de responder a esse tipo de prática, deixando claro que país queremos construir,

Basta de condescendência ! Basta de cinismo ! Basta de cumplicidade ! Queremos que a situação da Manchete deixe de ser tratada apenas nos bastidores do governo, nos escritórios de alguns empresários e mesmo nas infrutíferas negociações até agora

encaminhadas pelo Movimento dos Funcionários da Manchete e pelos poucos setores da sociedade que demonstraram preocupação com a busca de solução para a crise.

Queremos uma vigorosa ação do Executivo, da Justiça e do Congresso Nacional para reparar o interesse público. Queremos a imediata intervenção federal na Rede Manchete, como determina a legislação vigente, de modo a assegurar a continuidade do serviço e a criação de condições para sua transformação em uma *TV da Cidadania*, com a transferência do seu controle acionário para uma empresa integrada por empresários capacitados, por uma representação de entidades da sociedade civil e por seus funcionários. Esse é o projeto do Movimento dos Funcionários da Manchete e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Para debater esse tipo de problema e de proposta, num assunto que é de interesse de toda sociedade, fazemos duas reivindicações que dizem respeito a possibilidades imediatas de ação do Executivo e do Legislativo, cumprindo suas mais elementares obrigações como o interesse público:

1. Reivindicamos que o Ministério das Comunicações realize, imediatamente, audiências públicas destinadas a tratar dos seguinte assuntos:

- a) a natureza e a dimensão da crise da Rede Manchete;
- b) propostas e perspectivas para o futuro da Manchete;
- c) o futuro da Manchete e o papel da televisão na determinação da Cultura, da Política e da Economia no país.

Queremos que essas audiências públicas contem com a participação, além de representantes do Executivo e do Legislativo, de todos os setores sociais que tenham interesse no tema e em propostas para debater.

2. Reivindicamos que a Câmara dos Deputados instale uma CPI da Televisão, destinada a tratar do problema da constituição de "esquemas de poder" políticos junto à televisão brasileira e seus reflexos sobre a cultura, a política e a economia do país, bem como a coleta de propostas para uma nova política de redes e de superação das deformações existentes no mercado de televisão no Brasil.

O Movimento dos Funcionário da Manchete e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação tem uma proposta clara, aqui já esboçada - a de transformar a Manchete numa "TV da Cidadania" - para apresentar neste debate. Mas está aberto ao diálogo e quer tomar conhecimento de outras propostas, e está disposto a aderir à melhor proposta que, certamente, deve aliar viabilidade do empreendimento, comprometimento com o interesse público e busca de renovação do conceito de rede de televisão.

É uma realidade que a sociedade tolerou que, por 57 anos - de 1931 a 1988 - o presidente da República tivesse o poder imperial de decidir sobre quem teria o acesso à operação das emissoras de rádio e televisão no Brasil. O resultado desse arbitrio, incompatível com a democracia, é a falta de legitimidade dos operadores, é a utilização abusiva das concessões, são as práticas degenerantes, é a usurpação do público, é a despreocupação com a produção da cultura do país e o compromisso fundamental com interesses particulares. Não é tolerável que prossiga esta omissão da sociedade. Este é o momento. A hora é agora. Precisamos tirar das sombras o problema da Rede Manchete. Porque se não fizermos isso agora, talvez não tenhamos outra chance para repensar a televisão brasileira e a necessidade que o país tem de uma televisão que possa ser mobilizada para objetivos nacionais, democraticamente estabelecidos.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1993

**Movimento dos Funcionário da Manchete
Fórum Nacional pela Democratização da
Comunicação**

PROPOSTA

**AÇÕES DE MASSA NA LUTA POR UMA
SOLUÇÃO PARA A CRISE DA MANCHETE**

Movimento dos Funcionários da Manchete, assim como todos os Comitês, Comissões Pró-Comitês e Entidades Nacionais integrantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação empreenderão, em todo o Brasil, as seguintes iniciativas na luta por uma solução para a crise da Manchete:

- a) Provocar entrevistas de membros da Coordenação

do Fórum ou de integrantes dos Comitês ou Comissões Pró-Comitê, do Movimento dos Funcionários da Manchete, bem como de parlamentares e lideranças partidárias, junto aos meios de comunicação de massa.

□

b) Divulgação através de jornais, boletins ou outros materiais de divulgação de entidades integrantes do Fórum.

c) Distribuição de materiais e pedidos de apoio a líderes de opinião (dirigentes sindicais, políticos, empresariais e da sociedade civil, de um modo geral e, especialmente, colonistas de jornais e revistas e comentaristas de rádio e televisão) buscando o convencimento pessoal e manifestações de apoio de parte destes.

d) Divulgação através de emissoras comunitárias, populares e livres.

e) Solicitação e assessoria para a realização de discursos de vereadores, deputados estaduais e parlamentares federais, procurando ajudar a repercussão na mídia, desses pronunciamentos.

f) abordagem do problema da Manchete e crise da televisão brasileira em sermões e falas nas Igrejas e encontros ou assembleias dos movimentos populares e sociais, inclusive com envio de mensagens para eventos específicos, lembrando a temática e provocando moções de solidariedade e apoio.

g) Realização de palestras, seminários e debates, em entidades da sociedade civil em geral, sindicatos e universidades (especialmente nas escolas de comunicação, direito, ciências sociais, através dos diretórios acadêmicos ou entidades de professores).

h) Realização de outros eventos, tais como tribunais simulados, passeatas, pedágios, festas (de categorias profissionais, entidades estudantis, entidades religiosas ou outras), exposições, exibições de vídeos, shows, etc.

i) criação de fatos políticos com personalidades,